

POR AMOR A CRISTO

Quando a fé aprisiona

Verônica Cardoso Lemos Santos*
Jacqueline Mary Soares de Oliveira**

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender como se estabelece as relações sociais de gênero dentro das igrejas evangélicas e quais os impactos destas na compreensão acerca da violência contra a mulher, identificando as formas de violência que se configuram dentro desses espaços congregacionais e litúrgicos, assim como identificar os papéis assumidos pelas mulheres que ratificam a submissão e as expressões de violência. Para atingir tais objetivos foi utilizado uma perspectiva dialética por permitir um diálogo a partir do contexto sócio histórico do campo e dos sujeitos da pesquisa. A abordagem possibilitou identificar algumas nuances de violência ratificadas pela conduta conservadora, de controle e dominação exercida pela igreja sobre as mulheres, entendendo-as como sujeitas submissas às regras do poder patriarcal.

Palavras-chave: patriarcado; dominação; violência; religião.

Abstract

The purpose of this article is to understand how the social relations of gender are established within evangelical churches and what is their impact on the understanding of violence against women, identifying the forms of violence that are configured within these congregational and liturgical spaces, as well as the roles assumed by women who ratify submission and expressions of violence. To achieve these objectives, a dialectical perspective was used to allow a dialogue based on the socio-historical context of the field and the research subjects. The approach made it possible to identify some nuances of violence ratified by the church's conservative, controlling and dominating behavior on women, understanding them as subjects subject to the rules of patriarchal power.

Keywords: patriarchy; domination; violence; religion

* Graduada em Serviço Social pela Faculdade Dom Pedro II, 8º semestre, E-mail: veronica.ssocial@outlook.com

** Assistente Social, docente na Faculdade Dom Pedro II e na Universidade Salvador/ Unifacs, Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pelo NEIM/UFBA. jaqueline.soares@ig.com.br.

1. Introdução

O presente artigo tem como provocação compreender como ocorre a violência contra a mulher no contexto das igrejas evangélicas e quais as representações simbólicas que ratificam condutas conservadoras que propõem uma normatização da violência. Na tentativa de encontrar respostas a esta indagação elencou-se como objetivo da pesquisa compreender como se estabelecem as relações de gênero dentro das igrejas evangélicas e quais os impactos destas relações na compreensão acerca da violência contra a mulher. Assim como, analisar o papel da mulher e identificar as formas de violência que se configuram dentro desses espaços congregacionais e litúrgicos.

Abordar o tema violência contra a mulher nos espaços religiosos ainda é uma temática de difícil trato pois, existem muitos tabus a serem “quebrados”, do ponto de vista das normas estabelecidas, considerando o perfil estrutural pautado nas perspectivas patriarcais.

O tema proposto surgiu a partir de experiências vivenciadas e observação das autoras sobre o comportamento de mulheres dentro do contexto das igrejas evangélicas quanto à sua posição de submissão ao marido e líderes religiosos, assim como a manutenção dos espaços de poder mais centralizados nas mãos dos homens, imputando à mulher uma posição de minoria e subalternidade, sendo silenciada e tendo seu acesso aos espaços de poder propositalmente limitados.

Considerando a importância do protagonismo da mulher na sociedade e seu empoderamento em todos os espaços, esta pesquisa se faz necessária por perceber uma carência de produções científicas sobre o contexto religioso e o lugar que as mulheres estão ocupando neles. Além de apresentar que essas mulheres evangélicas não encontram espaço de diálogo ou debates para que possam identificar e se posicionar diante de casos de possíveis violências. Salientando inclusive a “cegueira” acerca das relações de poder estabelecidas nas suas relações sociais, com seus pares íntimos e confessionais.

É importante apontar que para compreender a submissão das mulheres e sua própria subjugação, é

necessário revisitar o contexto de formação da sociedade cristã e como o processo de instituição das regras e normas são tomadas e interiorizadas nos comportamentos e símbolos sócio históricos e culturais pelo viés do patriarcado.

2. A formação da sociedade – o jugo do patriarcado

O termo patriarcado provém da palavra grega pater, “pai de família”, termo latino que representa o status familiar mais elevado. Embora seu significado tenha uma noção simbólica positiva, fazendo alusão ao pai, à capacidade de prover, aquele que tem a função de zelar pelos seus filhos e esposa, percebe-se na história uma presença que oprime, submete e impõe a sua autoridade sobre a mulher e os filhos que durante todo o tempo se veem em condição de subordinação.

Esse modelo patriarcal é reforçado e potencializado, por meio de uma organização entre os homens, que cooperam entre si na construção e conservação do domínio sobre as mulheres. Dentro dessas relações, existe um acordo masculino para que essa opressão não seja rompida (SAFFIOTI, 2004), sendo essencial para o patriarcado manter o homem no poder (SCOTT, 1995).

Existem vários estudos e conceitos sobre a categoria patriarcado, porém os estudos especificamente pelo olhar feminista foram necessários para a percepção da condição feminina dentro da sociedade e como se sustenta a dominação masculina (MORGANTE, NADER, 2014). Como afirmam Castro e Lavinás (1992), o patriarcado se trata de um tipo de dominação do homem como senhor, garantida por uma tradição onde a lei do homem impera. Podendo ser tanto no espaço familiar como dentro dos espaços públicos, nas instituições sociais.

Para algumas feministas o patriarcado não só permite a dominação como ideologia, como também em forma de exploração (CASTRO E LAVINAS, 1992), concordando com Saffioti (2004, p.44), que diz se tratar de um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Portanto, é essa cultura machista e patriarcal na qual a sociedade mantém até

os dias de hoje as relações entre homens e mulheres, que regula, normatiza e determina os papéis a serem desempenhados por ambos os sexos, ficando sobre a mulher a responsabilidade pela continuidade da família, educação dos filhos, manutenção da moral e bons costumes e a reprodução, como diz Saffioti (1987, p. 9):

Não obstante todas estas diferenças que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico, à mulher.

Já para os homens é reservado o controle, domínio, decisões e representatividade pública. Tornando desta forma a sociedade limítrofe em relações binárias e assimétricas. O termo patriarcado foi utilizado pela primeira vez pelos hebreus para identificar seus líderes judaicos, que possuíam autoridade instituída por Deus sobre seus subordinados dentro de um grupo (JUNIOR, s/d). Sendo assim, a presença do patriarcado pode ser identificada dentro das igrejas até os dias atuais por meio de uma tradição, que segundo Saffioti (2009, p.5), “opera como princípio teórico, constitutivo de uma das formas de dominação”. Para ela, a história do patriarcado pode ser entendida como um fenômeno social presente em todas as sociedades. Como afirma Rosaldo (1979, p. 33):

Somos herdeiros de uma tradição sociológica que trata a mulher como essencialmente desinteressante e irrelevante, aceitando como necessário, natural e profundamente problemático o fato de que em toda a cultura humana a mulher de alguma forma é subordinada ao homem.

A formação cristã na qual a sociedade foi constituída é uma das grandes responsáveis pela propagação dos ditames patriarcais, com a lógica de criar, doutrinar, catequizar as sociedades para seguirem as normas que regulavam os comportamentos sociais das pessoas. Neste sentido, a religião e a fé foram utilizadas como instrumento de domesticação destas relações, criando modelos familiares como instrumentos para o enquadramento dos sujeitos sociais. E sob esta égide, novos núcleos religiosos advindos da Reforma foram fundados, surgindo assim o protestantismo, linha evangélica à qual o campo da pesquisa pertence.

Os discursos comportamentais são fundamentados em textos bíblicos que reproduzem características de uma

sociedade machista. Embora esses textos sejam transmitidos como “inspirados por Deus”, foram escritos pelas mãos dos homens, a partir de suas interpretações e, de alguma forma, sofreram influência do patriarcado predominante na tradição Judaica. Assim, os cristãos na propagação do evangelho fortemente marcado pelo patriarcado, deram continuidade ao tratamento distinto entre homens e mulheres (TEIXEIRA, 2010).

Observa-se que a interpretação bíblica na oratória dos líderes e pastores atuais não leva em consideração o contexto sociopolítico da época e as interpretações culturais, que retratavam períodos dentro de uma sociedade específica. Tais práticas acarretam limitações de espaço e discórdias no que se refere à mulher não ter um lugar de liderança direta e igualitária dentro das congregações, nas relações familiares, nos espaços públicos, onde somente através do consentimento a mulher exerce poder (SAFFIOTI, 2004). Ficando impossibilitada de assumir determinadas posições e tomar decisões sem interferência da presença masculina e permanecendo à sombra da liderança do homem. (TEIXEIRA, 2010).

Desse modo, ao atribuir a autoridade ao homem como delegada por Deus, o discurso de dominação passa a ser visto como algo naturalizado (ARAÚJO, 2015) e o dominador justifica a sua conquista como sendo permitido pelo Deus bondoso (ARAÚJO, 2015). Assim, encontra facilidade em exercer poder sobre a mulher, que se submete e suporta situações de violência sem que se dê conta dela ou se reconheça como vítima. Essa dominação do homem sobre a mulher é classificada como uma violência à mulher, que resulta no que Bourdieu (1999) denomina de violência simbólica.

Violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância do sentimento. (BOURDIEU, 1999, p.7-8)

Neste contexto evangélico, a violência simbólica está implícita nos discursos doutrinários sutis e alienatórios que impõem diferenças entre o homem e a mulher, de maneira subjetiva. Sendo assim, a mulher passa a se

sentir admirada por seu sacrifício, conduta, valores e posicionamentos diante do que lhe é imposto, ensinado e cobrado, anulando suas vontades, absorvendo e reproduzindo discursos que não são seus, confirmando a imagem da mulher submissa, resignada, idônea, “santa”, prudente e sábia.

O que substancia tal conduta são as referências de mulheres das escrituras que marcaram a história cristã com sua fé e obediência como modelo ideal. Essa valorização do comportamento da mulher é aceita como um bem, um merecimento e corrobora como estratégias de dominação que a religião encontra para manter o “status quo” e dar continuidade ao poder nas mãos dos homens.

Sendo assim, cabe salientar que os modelos de comportamento instituídos às mulheres nas ditas “escrituras sagradas” são fruto da elaboração, escrita e discursos de homens que foram, historicamente, responsáveis pela condução das Igrejas, sejam elas quais forem. Para Lima (S/D, p.17) “Fica claro que o testemunho escriturístico sobre a liderança masculina é maciço. De Genesis a Apocalipse, a prerrogativa de liderar aparece como de responsabilidade do homem”. Estando este abaixo apenas de Cristo como autoridade sobre a Igreja e a família.

Neste sentido, a noção de patriarcado elabora de forma satisfatória a categoria de análise principal para este estudo, contudo, vale destacar que a perspectiva de análise dos estudos de gênero também explica tais relações por considerar elementos que a noção de Patriarcado por si só não alcança. Para isto é importante apontar a noção de gênero constituída por Scott (1995) como

[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (segunda: o gênero é um modo primordial de significar relações de poder). [...] gênero envolve quatro elementos inter-relacionados: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (e frequentemente contraditórias) [...]. Segundo conceitos normativos que estabelecem interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. (...) Esta espécie de análise deve incluir uma noção de política e referência a instituições e organizações sociais – o terceiro aspecto das relações de gênero. [...] O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. (p.42- 44). (GRIFOS NOSSOS).

Nesta perspectiva, os elementos simbólicos e normativos, assim como as instituições e organizações sociais são fundantes para a reprodução das relações e dos comportamentos ditos corretos para homens e mulheres. Estes elementos alinhados e simétricos, acabam por constituir as identidades subjetivas dos sujeitos, interferindo nas estruturas sociais. Assim, é importante sublinhar que a relação de gênero proposta na definição de Scott, como uma categoria de análise, consubstancia a dimensão conceitual das categorias aqui postas, podendo defini-las como relações patriarcais de gênero.

3. Percorso Metodológico

Para possibilitar a análise das categorias fundantes neste estudo e inter-relacioná-las ao campo foi necessário nos apropriarmos do contexto histórico e social dos espaços e histórias de cada componente do estudo: mulheres, homens e a Igreja. Para tanto, a dialética possibilitou compreender como estas relações estão entrelaçadas e o materialismo histórico foi aporte necessário. Como afirma Gil (2008, p.32), “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente...”. Deste modo, permitiu dialogar com os dados levantados em campo e refletir sobre os mesmos a partir das experiências vivenciadas por essas mulheres evangélicas.

Quanto à abordagem, optou-se pelo caráter qualitativo com cunho exploratório, que proporciona uma visão mais ampla e a aproximação de um fato, principalmente quando é abordado um tema pouco explorado (GIL, 2008).

Quanto aos meios, a pesquisa foi de campo e participante, tendo em vista ser uma das autoras parte integrante do contexto (GIL, 2008). Estar inserida no campo possibilitou um diálogo com a realidade, interagindo com as mulheres entrevistadas e sendo parte delas, no que se refere à vivência com as regras impostas pela Igreja. Embora existam outras denominações evangélicas, a denominação Batista foi escolhida pelo fato de estar vinculada desde

adolescente com o corpo de membros da mesma, possibilitando o acesso aos sujeitos da pesquisa.

Já a coleta de dados se deu por entrevista semiestruturada com mulheres desta Igreja Batista na cidade de Salvador. Sobre a amostra, foram escolhidas pela liderança² cinco mulheres dentro de um universo de vinte pertencentes à congregação, com faixa etária entre 36 a 69 anos, todas com mais de quinze anos de conversão ao evangelho, casadas, sendo duas com maridos também convertidos, porém, com menos tempo de conversão que elas, além de uma viúva e duas com os maridos não convertidos.

A entrevista foi escolhida como instrumento de coleta por se tratar de uma técnica, dentre outras, “eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano” (GIL, 2008, p.129). Foram realizadas individualmente para que não houvesse interferência de uma entrevistada para outra.

Cabe apresentar que antes de iniciar as entrevistas, as entrevistadas foram comunicadas sobre o objetivo e importância da mesma, sendo esclarecido o caráter sigiloso e confidencial dos dados coletados, mantendo o anonimato das informações compartilhadas. As respostas foram gravadas e transcritas mediante a prévia autorização das entrevistadas. As entrevistas duraram cerca de 1:30h a 2:00h com cada mulher e foram realizadas em uma sala da congregação reservada, e cada uma individualmente.

Para análise da pesquisa, foi utilizado o próprio discurso das cinco entrevistadas, pois suas narrativas podem refletir sobre o que acreditam, baseadas nas suas vivências e trajetórias, falarem de suas experiências no contexto em que vivem permitiu a responsabilidade por seus discursos (ROCHA-COUTINHO, 2006). Sendo assim, os nomes foram mantidos em sigilo sendo substituídos por nomes fictícios com referências a personagens bíblicos. À proporção que os nomes bíblicos apareciam nas narrativas a mulher ia sendo identificada. Desta forma, passaram a ser chamadas das seguintes formas:

² A escolha da amostra não foi livre. Foram escolhidas pela liderança da Igreja as mulheres que fariam parte da pesquisa.

Entrevistada 1-Sara, 2-Ester, 3-Débora, 4- Rute e 5-Ana.

Cabe apontar que o primeiro contato para a realização da pesquisa se deu, a priori, com o Pastor da Igreja. Tendo em vista ser ele a pessoa responsável por permitir que as mulheres participassem. Sobre o acesso às mulheres, será melhor detalhado no momento da apresentação do conteúdo colhido na pesquisa e sua análise no próximo bloco.

4. Análise dos Dados

Para dar conta dos objetivos da presente pesquisa, os dados não estruturados foram organizados em eixos a partir das respostas das mulheres, a saber: (i) apresentação dos dados quanto à entrada no campo, (ii) quanto às relações entre os sexos e as relações sociais de gênero na Igreja, (iii) quanto ao papel da mulher dentro da Igreja e na família e (iv) quanto à violência contra mulher.

4.1 Entrada no campo

Como dito anteriormente, o acesso às mulheres para a pesquisa só foi possível após a permissão do Pastor, sendo ele o responsável por autorizar a participação das mulheres no estudo aqui proposto. Nota-se de antemão o controle exercido sobre as vontades e liberdade das mulheres.

Ao ser apresentado o tema da pesquisa, o pastor mostrou resistência e desconfiança das intenções da pesquisa. Na tentativa de compreender, fez diversas inferências com tom de preocupação. Uma delas se referia até onde as entrevistas poderiam influenciar suas “ovelhas”, referindo-se ao corpo de membros da igreja.

Percebemos certa preocupação e proteção com o que poderia ser dito (para não serem induzidas a erros) e a não exposição das entrevistadas (expondo assuntos pessoais, principalmente acerca do casamento, já que inicialmente ele entendia que falávamos sobre violência doméstica).

O representante da Igreja questionou qual seria o objetivo de se falar sobre a temática na Igreja, já que segundo ele, temas como sexo e relacionamentos devem ser tratados com cautela e limitações para não se romper com os dogmas ponderados pela Igreja (o qual considera importante). Essa preocupação é intencional e confirmada por Filho (2007, p.7):

Os líderes entrevistados têm muito cuidado ao falarem sobre esta condição de submissão. Com receio de mostrar que há de certo modo um discurso de opressão da mulher, ou de seguir na contramão de sua prática, onde a mulher não tem vivido uma relação de igualdade de direitos na sociedade eclesial, os líderes atribuem a condição de submissão a um ordenamento divino, que se estabelece em toda a relação, é o princípio da liderança.

O pastor é quem exerce maior autoridade dentro da Igreja, esta simbolicamente instituída por Deus. Neste contexto existe uma limitação de liderança nas mãos de mulheres. A autoridade maior fica sobre a figura masculina, por se assemelhar ao Cristo homem (ALMEIDA, 2006). Assim, Lemos (2008, p.4) diz que “os discursos e as práticas religiosas tem a função de estruturar a masculinidade, dando ao homem a semelhança eterna com a divindade”. O homem, então, ao se assemelhar com seu Criador, e pela mulher ter sido criada a partir dele, aquele se coloca em um patamar acima, reforçando o machismo através do discurso e assegurando a centralidade do poder em suas mãos.

A religião sempre esteve relacionada e aliada nesse processo de dominação (TEIXEIRA, 2010), assim como a política sendo um instrumento de alienação para conter, induzir e dominar um determinado grupo. Neste caso, a dominação masculina sobre a mulher está implícita nessa relação de poder e a religião corrobora ratificando ideologicamente. Como afirma Vilhena (2009, p.76):

A imagem masculina de Deus pode igualmente reforçar a sujeição das mulheres diante da violência sofrida. Há toda uma autoridade, uma hierarquia eclesial, social e familiar legitimada por Deus e assumida pelos homens sobre as mulheres.

Neste sentido, toda relação baseada em poder, ratifica o lugar de opressor de uns e o de oprimido de outros, neste último, as mulheres assentam lugares. Desta forma, ratifica-se dentro do espaço institucional posturas que confirmam como natural a violência

contra a mulher já que oprimir é uma forma de violência.

Passados alguns dias, entrei em contato novamente com o pastor, para a confirmação e verificar os dias propícios para marcar as entrevistas. Porém, o mesmo pediu que aguardasse ele ter uma conversa com as mulheres para que elas pudessem dizer se concordavam ou não, alegando que não queria parecer um líder ditador.

Para chegar às mulheres, foi solicitado que a primeira entrevista fosse aplicada com a líder, pois segundo a mesma, as mulheres não estão preparadas para se expor. “A mulher evangélica por conta de ser evangélica, tem essa questão de não querer se expor” (Sara). Esse comportamento de se preservar está atrelado à imagem que é formada em torno da mulher evangélica. Pelo que pregam, principalmente acerca da família. São vistas como tendo uma família perfeita, ou como se não enfrentassem os mesmos desafios e problemas que outras mulheres.

O sentido de não se expor recai sob a lógica do espaço privado, de invisibilidade que foi reservado historicamente para as mulheres. Aparecer ou falar de si para outrem indicaria um desvio na conduta da mulher apreciada para os dotes caseiros e de família. Seguindo desta forma a lógica conservadora e machista de sociedade.

4.2 Relações de Gênero na Igreja

A definição de religião e a importância de estar na igreja é a mesma para todas as cinco entrevistadas, que atribuem a mudança e os benefícios adquiridos em suas vidas à fé em Cristo e não na religião em si. A igreja muitas vezes se torna um lugar de abrigo, proteção, onde as mulheres recorrem para fugir da sua realidade. Isto reflete do auto índice de mulheres participantes nas Igrejas. Esse aumento é justificado por Gebara (ROSADO-NUNES, 2006, p.303):

A forte presença feminina é devida à fragilidade crescente das mulheres pelo sistema capitalista atual, altamente desagregador. Muitas buscam no consolo imediato que uma celebração religiosa pode dar, alguma força para enfrentar os problemas do dia-a-dia. Entretanto, esse consolo imediato, na maioria das vezes, reduz as

mulheres a seu papel doméstico e reforça a reprodução de um modelo de dominação masculina- a dominação dos pastores ou padres.

Na fala de Sara (abaixo), ficou clara a percepção de como o homem interfere, manipula e impõe como as igrejas devem ser conduzidas. Ainda assim, todas encontram pontos positivos para permanecer fazendo parte da igreja, pois, a religião é um meio de pacificação e colabora para o oprimido acreditar que vive em um estado melhor do que antes (ARAÚJO, 2015).

A igreja influencia muito na minha vida, porque junto com os irmãos a gente vê a força da fé nas nossas vidas. Sem apoio dos irmãos, sem pastor, você fica solta. É importante que possamos ter a mesma visão. A mesma coerência de pensamento. (Sara)

É a melhor opção para encontrar com Jesus, ter paz e salvação. (Débora)

Para mim significa uma mudança de vida por meio de Jesus. (Ester)

A igreja protestante sempre teve seu discurso voltado para os excluídos, como afirma Filho (2007, p.4), “o discurso é de autoestima, é a fala direta para uma classe social que havia perdido a esperança, os referenciais, os seus valores”. Elas dizem que dentro da igreja sentem a fé fortalecida através dos exemplos de outras pessoas. E que a igreja influencia diretamente nas suas decisões.

A igreja é uma família, onde me sinto segura, onde todos têm o mesmo objetivo. (Débora)

É bom por ter sempre alguém que te passe algo novo, alguém que possa seguir, achar apoio na hora da dificuldade. Isso ajuda a sair de todas as dificuldades. (Ester)

Essas falas são persistentes dentro do contexto evangélico, visto que o fortalecimento da fé está ligado ao testemunho, ou seja, conduta de vida que cada indivíduo demonstra. No caso das mulheres, ter a imagem de mulher virtuosa, sábia, prudente é uma forma de demonstrar que a sua vida está correta, segundo aquilo que lhe é ensinado, cobrado ou imposto, como um padrão a ser seguido. Quanto ao modelo ideal da mulher na igreja, Almeida (2006, p.80) diz:

[...] uma mulher que busca a pureza e deseja manter-se pura diante de Deus e da sociedade, uma mulher que entenda a grandeza de ser uma mãe zelosa, uma filha dedicada e uma esposa fiel. Ela deve ser virtuosa e edificar seu lar. Deve entender a grandeza de sua missão

ao proporcionar ao mundo cidadãos de bem. Isso só é possível à mulher que teme a Deus.

O sentido de maternidade e de cuidadora é evidente nos discursos religiosos - especialmente entre as mulheres, que ratificam este lugar. Este sentimento de obrigação, devoção, abdicção e renúncia é constantemente acentuado nos espaços religiosos. Estas representações simbólicas alimentam a subjetividade das mulheres e ratificam o local de submissão que a lógica patriarcal tanto almeja para elas.

As mulheres tendem a espelhar-se em outras mulheres que possuem maior notoriedade dentro da igreja. O fato de conseguir alcançar posição de liderança é algo que causa admiração entre elas, embora nem todas consigam chegar a esse patamar pois, como no mercado de trabalho, algumas mulheres evangélicas buscam uma formação intelectual, tendo mais possibilidades que outras mulheres de chegar a postos de liderança dentro da igreja (FILHO, 2007). Como observado por Filho (2007, p.6),

[...] muitas delas encontram em algumas mulheres virtuosas um modelo a seguir. Há uma identificação com algumas líderes evangélicas pentecostais, que servem de referência para muitas senhoras e jovens dessas igrejas. Geralmente, estas mulheres virtuosas são empresárias de sucesso, pastoras, bispas, apóstolas e cantoras (levitas no linguajar pentecostal, ou ministras de louvor).

Dentro das igrejas evangélicas, especificamente das batistas, não há uma proibição das mulheres exercerem ministério pastoral, embora ainda existam divergências no meio, por consequência do discurso religioso que atribui à mulher a culpa pelo pecado da humanidade, e esta condição se torna a maior barreira para a mulher conseguir exercer a vocação sacerdotal. Tal percepção as mantém em estado de submissão (ALMEIDA, 2006). O que não acontece com o homem, já que, naturalmente tem mais oportunidades que as mulheres.

Nas falas das entrevistadas nota-se o reflexo dessa divergência quanto à concordância da mulher poder exercer cargo pastoral:

O sacerdote, o líder de igreja é homem porque assim Deus quer. Para a mulher ser uma boa pastora ela tem que ter um marido a quem ela é submissa. Se não for casada tem que estar sobre a missão de um outro pastor. Ser submissa é estar sob a missão do homem. (Sara)

A bíblia diz que a mulher deve ficar calada enquanto estiver na igreja. Deve ficar em oração. Quem tem que falar é o homem. Devia só ter pastor e presbítero homem. (Ana)

Eu não acho que só o homem possa fazer as coisas, a mulher também é capaz, mas o homem tem mais oportunidades dentro da igreja. Eu respeito, o líder é superior a mim e eu tenho que estar sobre a liderança dele. (Débora)

Essa resistência da presença da mulher na liderança é algo contraditório, pois mesmo com as mudanças da sociedade e as mulheres tendo conquistado mais direitos, os valores e a maneira de pensar se mantém ainda baseada na lógica conservadora e patriarcal (FILHO, 2007). O espaço de poder da mulher é limitado, já que o homem tem o domínio, inclusive na religião, são eles que criam a doutrina e as definições da instituição (ROSADO, 2015).

Uma questão muito importante visualizada nestas narrativas é a incorporação do discurso do “MACHO” – existe uma tendência à reprodução do discurso sem a apropriação crítica dos fatos. É nesta sutileza que se esconde o mais perigoso dos domínios, o domínio ideológico – que manipula, molda, oprime e submete os sujeitos sociais. E quem está na linha de frente deste espectro de dominação são as mulheres. Estas insistem na “cegueira” dos fatos por estarem sob o domínio ideológico da lógica patriarcal.

Uma das entrevistadas relata como se sente quando assume algum tipo de trabalho dentro da igreja:

É complicado (*fala baixinho, porque segundo a mesma, as paredes têm ‘ouvidos’*) [...] Mesmo quando dão a liderança é aquela liderança vigiada, podada, como se fosse para manobrar, para controlar. Como se dissesse: solta vai fazer estrago! Sinto como se tivesse uma rédea sobre mim o tempo todo. Me sinto vigiada, ‘espremida’. (Rute) (GRIFOS NOSSOS).

Esta fala ratifica como o controle ocorre de forma subliminar dentro do espaço religioso, isto porque as normas e regras devem ser cumpridas, atendendo a uma divindade onipresente representada pela figura de um homem comum, sujeito a erros e pecados como qualquer outro, contudo, fala por um SER superior que é o bálsamo para a vida conturbada com vários agravos sociais de uma camada mais carente da sociedade, representada por muitas mulheres. A fuga das dores destas mulheres é a Igreja e o bálsamo da religiosidade.

Rute durante a entrevista trouxe vários relatos de como a igreja acaba impondo sua vontade e invadindo todos os campos da sua vida. Outras entrevistadas também dizem se incomodar com tanta invasão.

Sirvo a palavra de Deus, mas as lideranças impõem o que deve se fazer, como se portar, se vestir, como a mulher deve se comportar, como as pessoas devem ser. Não concordo. (Débora)

Exerce influência e se eu deixar toma conta. Quer impor o que devo fazer em tudo. (Rute)

Existem vários instrumentos e estratégias para manter esse controle, algo que se inicia desde o primeiro contato com a igreja, como “visitas, tomada de endereço e profissão, comissões, indagações da vida pessoal no dia do pedido de filiação e membresia e tantos outros” (ARAUJO, 2015, p.119). A igreja termina por exercer um domínio de maneira disfarçada, sem que as pessoas envolvidas se deem conta. Até que já estejam envolvidas e reproduzindo o mesmo controle sobre o outro, principalmente sobre a mulher, por serem consideradas mais vulneráveis à persuasão.

Débora traz um dado importante quanto ao critério de escolha das líderes na igreja e que nota um tratamento desigual entre homens e mulheres:

Já me senti sendo tratada com diferença. Na escolha por uma liderança entre as mulheres. Buscam mais quem tem teoria, mais estudo. (Débora)

Para Araújo (2015, p.30), “o saber é uma forma de, ao demonstrar um determinado domínio sobre algo, estar apto a dominar não só o saber, mas todo aquele que precisa ou depende daquele saber”. O saber tanto na sociedade, quanto dentro das igrejas é usado como instrumento de libertação ou de dominação.

Ester e Rute confirmam que a mulher ao chegar ao cargo de liderança muda sua postura:

Acho que precisa da mulher para ter equilíbrio. Acho bonito ver uma mulher pastora, diaconisa. Só não gosto quando elas se acham demais. (Ester)

Já passei por violência na igreja. O jeito da liderança falar, de ser grossa. Isso parte da liderança tanto masculina quanto feminina [...] As pessoas não comentam, não falam. Muitas passam por isso, mas se calam e quando se queixam é nos bastidores, quando a gente se reúne fora”. (Rute)

A mulher que sai da condição de dominada e passa a dominar, sente-se em um nível espiritual mais elevado

e se dedica a manter o posto conquistado, mostrando que consegue fazer a diferença. Porém, termina pressionada a provar que é capaz de liderar, assim como o homem.

Assumir o poder é exercer o controle sobre outras mulheres, determinando como devem se portar e o que fazer. Estas determinações são pré estabelecidas pela liderança masculina e quando não atingidas, as líderes mulheres são oprimidas por não corresponderem ao que foi determinado. Como afirma Almeida (2006, p.13):

O homem não é só o único detentor do poder sagrado de estabelecer o contato entre os fiéis e o divino pelo sacerdócio ministerial: ele detém ainda o poder de elaborar o discurso oficial da instituição através do qual se estabelecem os ‘padrões de normalidade’, tipificadores do que é considerado ‘feminino’ e/ou ‘masculino’. Tais padrões, reforçados e ainda legitimados pelos discursos científicos a respeito da ‘natureza feminina’, funcionam como mecanismo de controle, na medida em que, sendo assimilados como próprios e naturais, qualquer afastamento deles é considerado e vivido pelas mulheres como transgressão.

O homem possui o poder e a legitimidade, por meio da concepção patriarcal, para punir e determinar como deve ser a conduta daqueles que estão sobre a sua autoridade (VILHENA, 2009). Segundo Araújo (2015, p.35):

A visão do dominado, se tiver oportunidade, mais tarde acabará justificando a invasão, morte e dominação não como um mal, senão que tenderá a ver que os invasores trouxeram um benefício à sua comunidade. Dessa forma, as relações assimétricas do dominador em relação ao dominado são justificadas como um bem em todos os sentidos, inclusive religioso

Sendo assim, as mulheres neste contexto absorvem de tal modo o que lhes é ensinado que não se percebem como vítimas deste processo de dominação e reproduzem como se houvesse vantagens dentro desses discursos.

A mulher às vezes se rebela contra essa questão de submissão e vê como se ela fosse subjugada, e não quer ser subjugada a ninguém, mas não é isso. Quando você se impõe, quando você é feminina e sabe seu lugar na sociedade, dentro da família, aí você sabe seu papel. (Sara)

Sara, reproduz o discurso que esta internalizado até os dias atuais, que exemplifica a mulher dentro do modelo de família cristã, segundo o qual a submissão indica perfeição (MEEKS, 2007 p.45). O mesmo autor afirma que “para a maioria das meninas o treinamento moral (inclusive os deveres particulares de submissão e

modéstia serena esperada de uma esposa decorosa (ver 1. Tm 2,9-15) era quase que totalmente um assunto de família”.

Rute durante a entrevista demonstra vergonha por estar expondo seus sentimentos contra esse sistema, e a forma como isso mexe com o que acredita e o com o que acha certo. Desabafa:

Por ser mulher, esperam que eu tenha outro tipo de comportamento. Por ser mais impulsiva, independente, assusto os homens e as mulheres daqui. Eu me sinto violentada nos meus direitos de servir a Deus à vontade (voz embargada).

A mulher passa a não mais se submeter somente a uma liderança masculina, mas a uma liderança feminina que ao ter acesso ao poder pratica a mesma violência através da dominação. Fica claro como essa dominação é uma violência constante dentro das igrejas. E está assentada nas relações de poder e de gênero, tomando as mulheres como sujeitos inferiores, invisíveis e passíveis de dominação ideológica e opressão.

4.3 Papel da mulher na Igreja e na família

Percebe-se também durante as entrevistas que a visão de família é ainda baseada no contexto patriarcal e que a igreja reforça esse conceito interferindo e participando efetivamente nas decisões familiares.

Na igreja a mulher é ensinada a zelar pela família, sendo dedicada, submissa ao seu marido, a educar os filhos para serem vistas como mulheres virtuosas. Todas as entrevistadas entendem que ser submissa ao marido é um princípio bíblico e que o homem é o “cabeça”, ou seja, o chefe da casa.

A mulher tem que entender que a submissão é uma virtude. O homem tem a função de conduzir a família e a mulher está ao lado do homem com toda essa bagagem de reproduzir, de acompanhar, segurar, ser a estrutura da família. É um dever da mulher ser orientadora do homem. (Sara)

Confirmado por Almeida (2006, p.70):

[...] a questão espiritual está diretamente relacionada a uma moral que será a base da educação dos filhos e uma espécie de sustentação do lar. A Igreja faz a leitura espiritual, nos mesmos moldes que a sociedade faz do social, ou seja, tornando natural o que é cultural. É preciso que tenhamos mulheres inteligentes, instruídas, espiritualmente fortes, moralmente ilibadas, belas e asseadas, pois delas dependem o futuro dos filhos, do marido e, conseqüentemente, do lar e do mundo.

Mesmo concordando que a mulher deve ser submissa ao marido, Rute parece ser mais independente. Segundo a mesma, sente um tratamento diferenciado e desconfortável com a situação, mas, não se posiciona contra tal interferência por medo de ser considerada insubmissa e rebelde por sua liderança pastoral.

Aqui algumas pessoas me veem como mandona dentro de casa, dizem que eu sou autoritária, porque sou mais expressiva do que meu marido. Em casa com ele é tranquilo, mas aqui criticam meu jeito, acham que estou passando por cima da autoridade dele. (Rute)

Esse tipo de tratamento, de preconceito, discriminação é visto contra mulheres que fogem à regra e é chamado por Araújo (2015) de “falsa união” quando a moral está acima da vida espiritual do indivíduo, o que promove o afastamento do outro por não se adequar ao padrão exigido no meio em que está inserido. Como mulheres separadas, solteiras que praticam relação sexual e/ou que engravidam fora do casamento ou que simplesmente não desejam gerar filhos, dentre outras situações. Almeida afirma (2006, p.80):

Embora a moral cristã protestante condene a fornicação e o adultério em homens e mulheres, na prática, parecem mais tolerantes com os homens, pois eles são naturalmente inclinados para o ‘sexo’, enquanto que as mulheres, ao fazerem o mesmo, parecem estar indo de encontro a sua natureza, que não lhe propicia o desejo sexual com a mesma intensidade que aos homens. Assim, ir contra a ‘natureza’ é ir contra o Deus que a criou e, por isso, seu pecado se torna mais grave.

A mulher permanece na condição de dominada e é colocada como pecadora quando não corresponde às imposições da igreja. Esse discurso baseado em textos das escrituras sagradas em alguns casos se tornam um facilitador para que a violência transpasse o campo institucional e se estenda ao ambiente doméstico.

4.4 Violência contra a Mulher

Durante a entrevista, todas relataram ter vivido algum tipo de violência no decorrer das suas vidas, inclusive dentro do casamento. Vale ressaltar que o casamento, assim como a maternidade, tem padrão idealizado por uma tradição cristã que é absorvida pelos evangélicos (VILHENA, 2009) e é passada desde cedo para as mulheres.

Através do casamento estruturado no modelo nuclear/monogâmico o homem passa a ter direito sobre a mulher e a igreja mantém a tradição do sexo só ser permitido após o casamento. Como afirma Pateman (1993, p.279): “O contrato de casamento ainda é fundamental para o direito patriarcal, dentre os aceitáveis, para os homens terem acesso sexual aos corpos das mulheres”. O que em muitos casos gera casamentos precoces e precipitados, permitindo que o casal só passe a se conhecer de fato durante o matrimônio.

Casei cedo, porque achava que por ter perdido a virgindade com ele eu não tinha mais prestígio para outro homem (Débora)

Quanto ao que entendem por violência e se já sofreram algum tipo de violência relatam:

Sobre violência eu conheço muitas. Palavras, agressividade, rejeição. Para mim rejeição é pior que palavras. Dentro do meu casamento fui vítima, foi ruim (Débora)

Eu conheço a física, a que eu passei. Apanhei muito do meu marido, apanhei, fiquei calada, pra não morrer eu larguei ele. Não pedi ajuda a ninguém (Ana)

Já fui vítima de violência, na rua e dentro de casa. Quando criança, estupro por meu padrasto, primo e um pedreiro. Esse contei aos meus pais, mas não acreditaram em mim. Mas sempre reagi, caia na mão. A violência do meu esposo só foi verbal e foi aonde me doeu mais porque antes de conhecer a palavra eu me defendia (**fala baixinho, sentida**) (Ester) (GRIFOS MEUS)

Para Vilhena (2009, p.52), “toda mulher reage ao seu agressor, seja de forma pacífica, seja de forma ativa, seja no momento da agressão, seja posteriori, ou em pequenas vinganças no cotidiano”. No contexto evangélico, a oração e a perseverança são as armas encontradas para que essas mulheres se sintam seguras, crendo em uma possível mudança do marido. “Eu acredito no Deus que eu sirvo. Acho que todo ser humano pode mudar. Acredito que o homem pode mudar, não importa quando” (Sara). A espera por uma mudança que talvez nunca chegue submete a mulher à violência doméstica que acaba se tornando rotineira. Nessas relações o homem enquanto dominador se vê no direito de agredir, e a mulher se submete às agressões, pois assim lhe é determinado (SAFFIOTI, 2004, p.85).

Segundo Vilhena (2009, p.44), “em casos de violência contra mulher é constante perceber que a mulher tenta justificar as agressões com intuito de preservar o

casamento”. As diversas justificativas como os filhos, condições econômicas e sociais, apoio familiar, também fazem parte das justificativas dessas mulheres que em alguns casos se anulam da condição de mulher.

Os filhos me fizeram continuar no casamento mesmo diante de violências sofridas... Sempre justificava para nossos filhos as agressões que sofria, porque ele na infância sofreu muito, ele era rejeitado [...] Mesmo trabalhando eu sempre tive a ideia que em casa era preciso ter a voz do homem [...] Estamos separados de corpos há mais de 10 anos. O sexo já não fazia diferença porque só tínhamos relação quando eu procurava, eu era muito rejeitada. Orei muito, pedi a Deus para queimar minha carne, e Ele tirou o desejo. Jesus fez a obra e tanto fazia ter sexo ou não. (Débora)

Para Vilhena (2009, p.73), “A exploração dos aspectos de cuidado, proteção, serviço recairão da devotada Maria para todas as mães humanas a ponto de poderem até sentir-se culpadas se dedicarem tempo exclusivo para seu próprio cuidado”. Débora traz em sua fala um ponto importante, pois ao estar submetida à vontade do marido, encontra na anulação dos seus desejos uma forma de se sentir livre da opressão vivida. Gebara (ROSADO-NUNES, 2006, p.301) afirma que, “a partir do corpo e da sexualidade feminina é que se expressa a opressão e a dominação de gênero ou do gênero masculino...é a partir daí que se marca a posse masculina sobre as mulheres”.

A igreja, através dos discursos baseados nas Escrituras é responsável pela continuidade dessa dominação, pois dentro desses espaços congregacionais a mulher aprende que seu prazer pertence ao marido e que sua missão maior está na maternidade, a qual é priorizada. “Até hoje, a feminilidade tem sido vista como inseparável da maternidade e até subsumida nela.” (PATERMAN, 1993, p.316)

No contexto evangélico surge mais uma justificativa determinante, o amor a Cristo e o desejo de não se desviar daquilo em que acredita. Neste caso, o discurso doutrinário se veste de fé e aprisiona a mulher em um relacionamento abusivo.

Muitas vezes pensei em me separar porque era muita violência, traição, filhos fora do casamento. Mas suportei tudo pelos meus filhos, para os filhos ele era excelente. Suportei pelos meus filhos, por pena dele e por amor a Cristo. Mas não sou feliz. (Débora)

Para Vilhena (2009, p.46), “a aceitação da violência, seja pelo viés que for, é assumir uma posição fatalista da falta de alternativa de uma sociedade machista”. O

fato de a mulher ter escolhido entrar no casamento também é usado como justificativa para a permanência em uma relação, ainda que abusiva e como se fosse culpada por sofrer violência de qualquer tipo, seja ela psicológica, emocional, patrimonial, moral e sexual. Sendo esta última uma das mais presentes pois, “o domínio sexual é o principal meio pelo qual os homens afirmam sua masculinidade” (PATERMAN, 1993, p.303)

Se sofre violência é como diz a Bíblia: ‘do que se queixa o homem senão dos seus próprios pecados’ (Ester)

O homem mesmo sendo evangélico acaba sendo agressivo porque a mulher não sabe ser feminina, sensual, segura. (Sara)

Quando perguntadas sobre o posicionamento da igreja diante de casos de violência, todas afirmam que o conselho do líder é que as mulheres perseverem em oração, já que cabe à mulher ser sábia para garantir a manutenção do lar. Sendo assim, a mulher resiste a optar pelo divórcio e quando decide romper com o silêncio nem sempre encontra respaldo e apoio dos seus líderes. Estes entendem que a família é a extensão da igreja. “A família cristã é a primeira e mais básica comunidade eclesial. Nela se vive e se transmite os valores fundamentais da vida cristã. Ela é a ‘igreja doméstica’” (RIBEIRO;PERETTI, 2013, p.322).

Um ditado que nunca aceitei ‘se não der certo separa’. Para mim é invenção do diabo. Tem que tentar de tudo. Sou contra a separação em qualquer instância... ‘O que Deus uniu não separe o homem’. Quem casou foi Deus, houve a vontade permissiva de Deus. Se separar não pode mais ter ninguém, tem que ficar só, porque senão é adultério e vai estar em pecado (Sara)

Não concordo com o divórcio. Sou contra porque casamento é pra sempre, principalmente depois que eu descobri que o divórcio é desobediência ao mandamento do Senhor. (Rute)

Segundo Saffioti (2004, p.23), “as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem”. A igreja tira a responsabilidade de si ao se tornar omissa, e com o seu silêncio se torna cúmplice da violência doméstica. Portanto, frases como: “Viveram felizes para sempre”, “até que a morte os separe” ou “o que Deus uniu não separe o homem” deixam de ter um significado romântico e passam a ser uma sentença de condenação a uma vida de violência, como no caso de Débora: “não sou feliz”.

Esses traumas dificilmente são superados, principalmente pelo fato de a mulher permanecer no convívio com o agressor, não encontrar apoio necessário, não ter voz, não ter coragem de denunciar, de se expor. Essas feridas que são criadas na alma, nem sempre são curadas (SAFFIOTI, 2004), mesmo que a fé sirva como consolo para essas mulheres diante das violências sofridas.

5. Considerações Finais

Compreender como ocorre a violência contra a mulher no contexto das igrejas evangélicas e quais as representações simbólicas que ratificam condutas conservadoras que propõem uma normatização da violência, foi o foco central deste trabalho.

Para alcançar os objetivos destacados, foi necessário utilizar um estudo sobre a categoria do patriarcado que afirma o homem enquanto dominador e opressor, mantendo as mulheres em estado de submissão e subjugação.

Através da análise das entrevistas, foi possível identificar como a religião exerce violência através do discurso de dominação baseado em textos das escrituras sagradas que tem por base o modelo patriarcal.

Ao estudar o campo, ficou evidente como a liderança mantém controle sobre as mulheres em todos os aspectos da sua vida, cerceando sua liberdade, vigiando suas ações e moldando-as, impondo normas e padrões a serem seguidos. A dominação é justificada pelo consentimento de Deus, o que mantém o poder nas mãos do homem, limitando o acesso da mulher ao poder.

Foi identificado que a igreja tem um papel significativo para essas mulheres, é lá que se estabelece o modelo padrão que as oprime e as normatiza. Na religião existe a disputa pelo poder a partir do domínio ideológico da lógica patriarcal. Ainda que estejam as mulheres na linha de frente. O patriarcado é uma supra estrutura ideológica, por isso, muitas vezes é reproduzido pela própria mulher. As mulheres oprimidas, passam a

oprimir para a manutenção das regras preestabelecidas pela liderança masculina.

A pesquisa também aponta que a submissão é imposta à mulher, sendo justificada como uma virtude a qual deve possuir. A mulher é penalizada e vista como pecadora quando não corresponde às imposições da igreja. Esta submissão possibilita que a violência institucional se estenda ao ambiente doméstico, como pode se comprovar nos relatos das entrevistadas. Deste modo, a igreja assume o lugar de cumplicidade com o agressor, já que transfere a culpa e a responsabilidade das agressões à mulher.

A pesquisa demonstra a necessidade de estudos mais aprofundados e abertura de espaços de discussão para maior compreensão sobre a temática, visto que as imposições patriarcais já não cabem mais na sociedade atual, sendo importante o acesso da informação para que as mulheres evangélicas possam se empoderar e romper com o ciclo de violência.

Referências

- ALMEIDA, Bianca Daéb's Seixas: *Uma história das mulheres Batistas Soteropolitanas* Salvador/BA Julho de 2006.
- ALMEIDA, João Ferreira de. *A Bíblia Sagrada*. Traduzida. Edição corrigida e revisada. São Paulo-Trinitarian Bible Society, 1995.
- ARAÚJO, João Pedro Gonçalves: *Batistas: dominação e dependência*. Fonte Editorial. São Paulo, 2015.
- BOURDIEU, Pierre: *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. *Do feminino ao gênero: a construção de um objeto*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- FILHO, José Rômulo de Magalhães: *Mulher Pentecostal: Entre a vida religiosa e a realidade Social*. UNIT (SE - Brasil), 2007.
- Gil, Antonio Carlos: *Métodos e técnicas de pesquisa social-6*. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- JUNIOR, Antonio Gasparetto: *Patriarcalismo*. Online. Disponível em: < www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo > Acesso em: 14 de Outubro de 2016.
- LEMOS, Fernanda: *A representação Social da masculinidade na religiosidade contemporânea*. Revista Netmal in Revista. UFPB. Paraíba, 2008.
- LIMA, Alan Rêne Alexandrino: *Simpósio :Resgatando o papel do homem*. s/d Disponível em: www.monergismo.com. Acesso em: 02 de Dezembro de 2016.
- LUBISCO, N. M^a L.; VIEIRA, S.C; SANTANA, I. V. *Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses*. 5. Ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MEEKS, Wayne A.: *As origens da moralidade cristã: os dois primeiros séculos*; tradução Adaury Fiorotti. São Paulo: Paulus, 1997.
- MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz: *O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico*. Anais XVI Encontro regional de história da Anpuh- Rio de Janeiro, Saberes e práticas científicas, 2014.
- PATERMAN, Carole: *O contrato sexual*; Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- RIBEIRO, Ricardo; PERETTI, Clélia. *A importância da mulher na igreja na perspectiva das conferências episcopais Latino- Americana*. Caderno Teológico da PUCPR, Curitiba, v.1, N.1, p.313-327, 2013.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero*. Estd. psicol.(Natal), Abr. 2006, vol11, no.1, p.65-69.ISSN 1413-294X
- ROSADO, Maria José: *Gênero, Feminismo e Religião: Sobre um campo em constituição/organização*. Maria José Rosado.1.ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- ROSADO-NUNES, Maria José: *Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2006.
- ROSALDO, Michele. *A mulher, a cultura e a sociedade: Uma revisão teórica*. IN; LAMPHERE. Louise (orgs),1979.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani: *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Serie estudos e ensaios/ciências sociais- FLACSO- Brasil, 2009
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani: *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 – (Coleção Brasil Urgente).
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani: *O poder do macho*. São Paulo. Editora Moderna, 2^o edição, 1987.
- SCOTT, J. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Educação e Realidade. Vol. 20, n^o 2. Porto Alegre, 1995
- TEIXEIRA, José Luiz Sauer. *A atuação das mulheres nas primeiras comunidades cristãs*. Revista de cultura teológica-v.18-N.72.São Paulo, 2010.
- VILHENA, Valéria Cristina. *Pela voz das mulheres: Uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas atendidas no Núcleo de Defesa e convivência da mulher- Casa Sofia*. São Bernardo do Campo, 2009.